

Percursos e Percalços na implantação de políticas de permanência em uma Instituição de Ensino Superior brasileira

Cristiane Pessôa da Cunha Lacaz¹
Aline Alves Marcheto Quirino²

O presente estudo relata o percurso, desde a fase do projeto até a implantação de políticas de permanência, para alunos em situação de vulnerabilidade social, em determinada Instituição de Ensino Superior - IES brasileira, ligada ao Comando da Aeronáutica e, portanto, não regulada pelo Ministério da Educação. Por se tratar de instituição de alta demanda, que ministra cursos de engenharia em seis especialidades e com vestibular reconhecido como um dos mais concorridos dos países, verificamos que boa parte do corpo discente frequentou um sistema de ensino anterior de qualidade, sendo, na maioria dos casos, provenientes de famílias com alto poder aquisitivo. Apesar desse dado, ao analisar detalhadamente o perfil socioeconômico dos ingressantes, notamos que em cada turma, aproximadamente cerca de 10% dos alunos, frequentaram cursos preparatórios para o vestibular como bolsistas e relatavam indicadores de vulnerabilidade social, conforme apontado na Resolução nº 145 da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, de 2004. Observamos que esses alunos, nos questionários de matrícula para ingresso na instituição, já relatavam alguma dificuldade para suportar gastos pessoais, além do comprometimento significativo da carga horária livre ou de estudo, com envolvimento em algum trabalho remunerado, como garantia de sustento e, conseqüentemente, diminuição do rendimento escolar. Considerando a necessidade de investigações mais profundas sobre quais medidas deveriam ser implementadas, o presente estudo voltou-se para a análise das demandas dos alunos, oriundos de contextos familiares desfavorecidos economicamente e na identificação dos possíveis apoios que poderiam ser disponibilizados pela Instituição.

Palavras- chaves: Políticas de permanência; Bolsistas; Administração escolar

¹ Professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Chefe da Divisão de Assuntos Estudantis. Praça Mal Eduardo Gomes, 50. Sala 2211 – Vila das Acácias; 12.228-900 São José dos Campos, SP, Brasil.

² Assistente Social do Grupamento de Apoio de São José dos Campos. Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, nº 50 - Vila das Acácias. Caixa Postal 12228901, CEP 12228901 - São José dos Campos, SP

Routes and Setbacks in the implementation of permanence policies in a Brazilian Higher Education Institution

The current study reports the route, from the project phase to the implementation of permanence policies, for students in a situation of social vulnerability, in a certain Institution of Higher Education - Brazilian IES, linked to the Air Force Command and, therefore, not regulated by the Ministry of Education. Because it is a high-demand institution, which teaches engineering courses in six specialties and with a university entrance examination recognized as one of the most competitive in the country, we found that a good part of the student body attended a previous good education system, in most cases, coming from families with high purchasing power. In spite of this fact, when analyzing in detail the socioeconomic profile of the participants, we noticed that, in each class, around 10% of the students attended preparatory courses for the university entrance examination as scholarship holders and reported indicators of social vulnerability, as pointed out in the Resolution 145 of the National Policy of Social Assistance - PNAS, 2004. We observed that these students, in the enrollment questionnaires for admission to the institution, already reported some difficulty to support personal expenses, in addition to the significant impairment of free hours or study, with their involvement in some paid work, as a guarantee of livelihood and, consequently, a decrease in school performance. Considering the need for further investigations on what measures should be implemented, the current study focused on the analysis of students' demands from economically disadvantaged family contexts and on the identification of possible support that could be made available by the Institution.

Keywords: Permanence policies; Scholarship holders; School administration

Introdução

O presente estudo relata o percurso, desde a fase do projeto até a implantação de políticas de permanência, para alunos em situação de vulnerabilidade social, em determinada Instituição de Ensino Superior - IES brasileira, ligada ao Comando da Aeronáutica e, portanto, não regulada pelo Ministério da Educação. Observamos que alguns alunos, nos questionários de matrícula para ingresso na instituição, já relatavam alguma dificuldade para suportar gastos pessoais, além do comprometimento significativo da carga horária livre ou de estudo, com envolvimento em algum trabalho remunerado, como garantia de sustento e, conseqüentemente, diminuição do rendimento e dedicação escolar. As situações expostas no cotidiano estudantil tiveram impacto nas condições de estudo e permanência de alguns alunos, culminando, muitas vezes, em seu afastamento escolar (trancamentos, ausências nas aulas, desligamentos, etc).

Sobre esse aspecto, Araújo (2003, p.99) nos alerta sobre a relevância de prosseguir com a discussão e implementação da assistência estudantil no Brasil, por ser um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular, já ingressam em

condição desfavorável, frente aos demais discentes, que tiveram um percurso de formação mais adequado e consistente.

Vários estudiosos, tanto internacionais (como Almeida & Soares, 2003) quanto nacionais (como Mercuri & Polydoro, 2003), revelam que uma das preocupações crescentes que as universidades têm demonstrado é com relação à grande incidência de insucesso acadêmico dos seus alunos, que se manifesta de diversos modos, tais como: baixas classificações, absentismo, disciplinas em atraso, mudanças de curso, abandonos etc.

Diante disso, a Divisão de Assuntos Estudantis – DAE³ da Instituição pesquisada, estabeleceu parceria com o Serviço Social - SESO de uma Organização Militar que, desde então, está mapeando o perfil sociofamiliar e econômico dos alunos de graduação, na tentativa de indicar estratégias de atendimento às demandas apresentadas. Assim, para além dos levantamentos estatísticos, têm sido realizados atendimentos individuais e, por vezes, interdisciplinares com os Psicólogos da Seção de Orientação Educacional⁴, da Divisão de Assuntos Estudantis – SOE/DAE, bem como acompanhamento social por meio de visitas institucionais, hospitalares e domiciliares, encaminhamentos à rede de serviço e realização de processos seletivos ao Projeto FADA⁵, mantido por ex-alunos da Instituição.

Ao longo dos levantamentos realizados, a partir da DAE e SESO, foi possível verificar a crescente porcentagem de alunos ingressantes na Instituição estudada, em situação de vulnerabilidade social. Tal constatação pode ser atribuída, no nosso entendimento, devido à expansão do Ensino Superior e, conseqüentemente, ao investimento dos cursos preparatórios, em todo território nacional, com oferecimento de bolsas de estudos para jovens com potencial e perfil para ingresso nos cursos de alta demanda.

Essa realidade vem se apresentando de forma heterogênea, com identificação de condições precárias de renda e trabalho do grupo familiar, associadas à fragilidade nas relações intrafamiliares, a problemas de saúde e diversidade cultural e regional. É importante ressaltar que a maioria dos estudantes da referida Instituição é proveniente de outros estados brasileiros,

³ Art. 56. À Divisão de Assuntos Estudantis compete:

I - executar atividades relacionadas com a assistência, o aconselhamento e a orientação educacional do Corpo Discente do Curso de Graduação;

II - processar as penalidades previstas no Regime Disciplinar, visando à manutenção da ordem e da disciplina do Corpo Discente do Curso de Graduação;

III - controlar a participação e a freqüência às atividades escolares;

IV - aprovar e supervisionar as atividades extracurriculares e de estágios curriculares;

V - coordenar e controlar o processo de mudança de especialidades;

VI - coordenar a recepção e as matrículas dos novos alunos; e

VII - manter atualizado o cadastro de informações pessoais dos alunos de graduação. (RICA 21-98 - REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA. 2017)

⁴ Art. 57. À Seção de Orientação Educacional compete assegurar o apoio à Divisão de Assuntos Estudantis nas atividades de acompanhamento, orientação educacional e aconselhamento do Corpo Discente do Curso de Graduação (RICA 21-98 - REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA. 2017)

⁵ Fundo AEITA de apoio ao estudante do ITA

Fonte: <http://www.aeita.com.br/2018/06/18/fada-amplia-e-diversifica-possibilidades-de-apoio-ao-ita/>

principalmente da região Nordeste, configurando um convívio entre diferentes realidades culturais e sociais.

Dessa forma, considerando os direitos à educação e assistência estudantil, previstos respectivamente pela Constituição Federal do Brasil (1988) e pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil⁶ - PNAES, bem como a relevância e excelência da Instituição estudada, inclusive em âmbito internacional, no ensino de Engenharia, Defesa e Tecnologia, justifica-se o desenvolvimento desse projeto, garantindo não só a contribuição acadêmica, mas, ainda, a ruptura do ciclo de pobreza, em todos seus aspectos e a igualdade de oportunidades desses jovens cidadãos brasileiros.

Inicialmente, é importante uma breve conceituação a respeito da expressão “Política de Assistência Estudantil”, que permeia nossa pesquisa e implementação do projeto a ser praticado na Instituição. A Assistência Estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, que busca atender às necessidades sociais básicas da população e está inserida no campo das Políticas Públicas de Educação Superior. Trata-se de uma política estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, , na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida.

Objetivos traçados para implantação do projeto:

Geral

- Possibilitar condições de **permanência** e aproveitamento de **qualidade** na formação acadêmica dos estudantes de graduação da Instituição, por meio do repasse de recurso financeiro (bolsa permanência) aos alunos em situação de vulnerabilidade social.

Específicos

- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do curso;
- Reduzir as taxas de retenção e evasão escolar;
- Realizar avaliação sociofamiliar e econômica;
- Realizar acompanhamento social;
- Primar pelo desempenho acadêmico e frequência satisfatórios à conclusão do curso do aluno bolsista,

⁶ O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apóia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010).

- Fomentar a implantação da Assistência Estudantil na Instituição, assegurando a educação de qualidade como direito do cidadão.

Público alvo do Projeto

Alunos de graduação da Instituição, avaliados em situação de vulnerabilidade social, principalmente, nos aspectos de trabalho, renda, saúde, escolaridade e educação, dinâmica e composição familiar, situação de moradia e acesso às políticas sociais.

Segundo Moraes e Lima (2011), o termo vulnerabilidade social é uma expressão abrangente, que inclui não apenas indivíduos em situação de vulnerabilidade financeira, mas todos aqueles em situações de risco, tais como: famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas, entre outras.

Metodologia

Podemos classificar esta pesquisa quanto à sua natureza, como pesquisa aplicada, pois tem como objetivo produzir conhecimento para aplicação imediata em uma realidade específica, ou seja, produzir conhecimentos que podem ser úteis para solução de um problema específico (GIL, 2008).

A seleção dos alunos participantes do projeto foi realizada por meio de processo seletivo, descrito em edital e coordenado pelo profissional de Serviço Social, lotado na Divisão de Assuntos Estudantis, nos meses de março e abril de cada ano letivo.

O processo seletivo apresentou como objetivo identificar as vulnerabilidades sociais dos alunos candidatos à bolsa permanência, levando em consideração os aspectos de renda, condições de trabalho, saúde, moradia, educação, composição familiar e acesso às políticas sociais públicas, principalmente, à assistência social, referentes ao grupo familiar.

As vulnerabilidades sociais caracterizam-se por uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade.

Refere-se a uma diversidade de “situações de risco” determinadas por fatores de ordem física, pelo ciclo de vida, pela etnia, por opção pessoal etc., que favorecem a exclusão e/ou que inabilita e invalida, de maneira imediata ou no futuro, os grupos afetados (indivíduos, famílias), na satisfação de seu bem-estar, tanto de subsistência quanto de qualidade de vida. A pobreza, por exemplo, é uma vulnerabilidade efetiva, mas a condição de vulnerabilidade, embora a inclua, não se esgota na pobreza.

São consideradas em situação de vulnerabilidade social pessoas e famílias nas seguintes condições:

- Redução da capacidade pessoal / Desvantagem
- Ciclo de vida (Criança 0 a 6 e 7 a 11; Adolescente 12 a 17; Idoso)
- Deficiência (auditiva, física, mental, visual e múltiplas)
- Perda ou fragilidade de vínculos de afetividade /relacionais, de pertencimento e sociabilidade
- Discriminação por etnia, gênero, orientação sexual /opção pessoal, faixa etária
- Violência social: apartação social, inacessibilidade

- Uso de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social – famílias e pessoas em situação de rua/ sem domicílio fixo / população de rua
- Perda total ou parcial dos bens – vítima de sinistros (desabamento / enchente/ incêndio)
- Exclusão pela pobreza: problemas de subsistência, situação de mendicância, ausência de acessibilidade às políticas sociais
- Inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal
- Dentre outras. (Dicionário de Termos Técnicos da Assistência Social – Prefeitura de BH, 2007)

Na Política Nacional de Assistência Social⁷ (PNAS/2004), considera-se como população vulnerável o conjunto de pessoas residentes que apresentam pelo menos uma das características abaixo:

VARIÁVEIS
Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.
Família com renda familiar <i>per capita</i> inferior a um quarto de salário-mínimo.
Família com renda familiar <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.
Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.
Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.
Família no qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.
Família com renda familiar <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.
Família com renda familiar <i>per capita</i> inferior a meio salário-mínimo, com uma pessoa com deficiência.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e PNAD.

Assim, tendo como referência o quadro acima, considerando ainda a realidade social dos alunos ingressantes no ITA, mapeada por meio do levantamento de perfil sociofamiliar das

⁷ A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004, apresenta as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

turmas de graduação, anualmente, o Serviço Social do ITA entende como vulnerabilidades sociais os seguintes aspectos:

- **RENDA:** o salário mínimo é a referência para retratar o grau de vulnerabilidade dos alunos candidatos, especificamente o cálculo *per capita*.

Salário mínimo 2018 – Per capita - Referências

<= ¼ SM	R\$	238,50
> ¼ <= ½ SM	R\$	238,50 – 477,00
> ½ <= 1SM	R\$	477 – 954,00

- **MORADIA:** considera-se a infraestrutura (saneamento básico, tipologia, coleta de lixo e rede de energia) do imóvel onde reside a família do aluno candidato e o número de moradores por dormitórios, ou seja, mais que dois, conforme previsto pelo IBGE.
- **SAÚDE:** considera-se o acesso das famílias à saúde (rede pública, convênio médico, sistema de saúde da aeronáutica ou outros), a existência de doenças crônicas referenciadas pela Portaria Interministerial nº 2.998/2001, bem como a ocorrência de tratamentos médicos e terapêuticos, intervenções cirúrgicas e uso de medicação controlada.
- **EDUCAÇÃO:** o acesso à educação e a escolaridade dos membros familiares são analisados, por se entender que estão diretamente engendrados na capacidade de ruptura da pobreza, em seu mais amplo conceito, impactando na possibilidade de melhoria das condições de trabalho e renda, principalmente. Para tanto, deve-se atenção ao grau de instrução/ anos de estudo dos familiares; àqueles com menos de 04 anos de escolaridade ou em período escolar obrigatório, porém sem escola (entre 04 e 14 anos de idade), inserção em rede pública ou particular de educação e o analfabetismo.
- **COMPOSIÇÃO FAMILIAR:** esse aspecto contribui significativamente na potencialidade/fragilidade da dinâmica sociofamiliar, por isso deve-se observar a presença de pessoas idosas e/ou com deficiência no grupo familiar, bem como as famílias de constituição monoparental⁸. É importante ainda, atentar-se para famílias que possuem

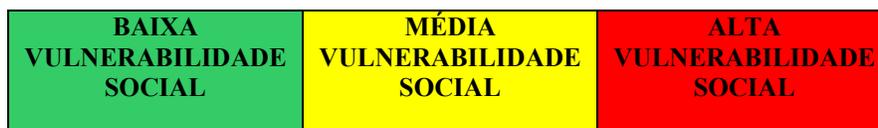
⁸ A Constituição Federal em seu artigo 226, § 4º positivou o reconhecimento da família constituída por um dos pais e seus filhos, chamando-a de Família Monoparental. A terminologia foi utilizada para deixar explícito que é formada por apenas a mãe ou o pai e seus descendentes, ou seja, terá somente a presença de um genitor que será responsável pelo sustento, educação e criação dos filhos. Contudo, a caracterização da monoparentalidade não se restringe apenas a presença de um dos genitores, podendo ser entendida também como aquela chefiada por algum parente (avós, tios e outros) ou responsável pelo grupo familiar. Mesmo as estruturas de convívio constituídas por quem não seja parente, mas com crianças ou adolescentes sob sua guarda, podem receber a mesma denominação. Para se configurar uma família como monoparental, basta haver diferença de gerações entre um de seus membros e os demais desde que não haja relacionamento de ordem sexual entre eles. Mas não é a presença de menores de idade que permite o reconhecimento da família como monoparental. A maioria dos descendentes não descaracteriza a monoparentalidade como família – é um fato social. (DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p.212).

A Família Monoparental provém da vontade e da liberdade que o ser humano possui de escolher os seus relacionamentos e como famílias possuem suas garantias constitucionais. A monoparentalidade pode ter origem ainda na viuvez, quando da morte de um dos genitores, ou na separação ou no divórcio dos pais. A adoção por pessoa solteira também faz surgir um vínculo monoparental entre adotantes e adotado. A inseminação artificial por

número de 3 ou mais crianças/adolescentes entre 0 e 14 anos de idade, entendendo que essa configuração familiar pode trazer risco por concentrar em apenas um de seus membros a responsabilidade do sustento, de afetividade e de educação. Na incapacidade ou ausência desse responsável, a dinâmica sociofamiliar pode ser comprometida de forma a restringir ou violar os direitos sociais de seus membros.

- **CONDIÇÃO DE TRABALHO:** esse aspecto deve considerar as relações da família no mundo do trabalho, sobretudo o vínculo empregatício de seus membros, com atenção à existência de trabalho informal⁹, principalmente de jovens entre 16 e 17 anos de idade, de desemprego ou como menor aprendiz (quando entre 14 e 15 anos de idade).
- **ASSISTÊNCIA SOCIAL:** esse aspecto analisa o acesso da família à política de assistência social, destacando aquelas famílias beneficiárias ou participantes de programas e/ou projetos sociais, sendo estes com ou sem transferência de renda, bem como benefícios previdenciários ou assistenciais.

O somatório dos itens acima, considerados categorias de vulnerabilidade social e respaldados nos estudos técnicos do assistente social, será indicador do grau de vulnerabilidade em que se encontra a família do aluno atendido pelo Serviço Social, conforme expressa o diagrama:



É importante ressaltar que as categorias de vulnerabilidade social são expressões da realidade social brasileira, acompanhando seu histórico, dinâmica e contexto, o que possibilita seu redimensionamento a qualquer tempo. Ademais, é uma metodologia de direcionamento profissional, não restringindo, em nenhuma hipótese, a competência teórico-metodológica nem mesmo técnica-operativa do assistente social, o que significa que o mesmo é livre para emitir pareceres em matéria de Serviço Social.

Dessa forma, o processo seletivo ocorrerá anualmente, com os procedimentos e prazos descritos em edital, o qual deverá ser divulgado com, no mínimo, um mês de antecedência. O edital deverá prever ainda os documentos comprobatórios de situação de vulnerabilidade.

mulher solteira ou a fecundação homóloga após a morte do marido são outros exemplos. É importante destacar que a monoparentalidade pode existir na forma de núcleo monoparental. Exemplo disso é um dos genitores residindo com filhos na casa de seus pais ou outrem, por relações de dependência sejam elas econômicas, afetivas, entre outras. (<https://juridicocerto.com/artigos/mairaadvogada/familia-monoparental-557>).

⁹ O trabalho informal difere do trabalho autônomo, que tem por objeto a prestação de serviços por conta própria a uma ou mais pessoas ou empresas, sem vínculo empregatício, de forma não subordinada, assumindo os riscos de sua atividade econômica, por conta própria e não alheia, como, por exemplo, o médico e dentista em relação aos seus pacientes em seu consultório, o assessor, o consultor e o advogado. O contrato de trabalho do autônomo é denominado contrato de prestação de serviços que é regido pelo Código Civil (artigos 593 a 609). É **segurado obrigatório da Previdência Social, assim como seu beneficiário**, e pode sindicalizar-se. **Fundamentação:** Artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho e Artigo 11 da Lei nº 8.213/91 (<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/1104/Trabalhador-autonomo>). O vínculo com a previdência social é a maior diferença entre o trabalho autônomo e o informal, o qual não se beneficia de proteção trabalhista, sendo uma atividade remunerada esporádica e de frequência irregular.

A bolsa permanência tem validade por 12 meses, mediante acompanhamento social contínuo e entrevista para atualização dos dados apresentados pelos alunos candidatos, no mês de agosto de cada ano. A entrevista é instrumental de trabalho do assistente social e, por isso, poderá determinar a continuidade ou interrupção do repasse do recurso financeiro, sendo a apresentação de documentos eleita a critério do profissional.

Para efetiva operacionalização da bolsa permanência foi necessário o dispêndio de recurso público de forma sistemática e ininterrupta, por isso a importância de sua previsão em orçamento da União. Os recursos são depositados em conta corrente do aluno selecionado no processo seletivo.

A continuidade do aluno no projeto está condicionada à existência de vulnerabilidade social no grupo familiar, bem como no empenho em manter satisfatoriamente seu rendimento acadêmico. Ainda, é preciso realizar as entrevistas e acompanhamento social, quando necessário. O acompanhamento consiste em procedimentos técnicos utilizados pelo Serviço Social a fim de prevenir situações de afastamento ou desligamento, podendo ser atendimentos individuais, entrevistas sociais, avaliações, encaminhamentos, visitas domiciliares ou institucionais e outras intervenções.

Cronograma para desenvolvimento do projeto

As atividades previstas subdividem-se nas áreas de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, conforme descrito a seguir.

Atividade Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Planejamento do Processo Seletivo	X											
Divulgação do Edital		X										
Realização das entrevistas			X	X								
Divulgação dos Resultados				X								
Reunião de acolhimento dos alunos selecionados				X								
Acompanhamento social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Entrevista de atualização								X				
Avaliação processual	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios de monitoramento				X				X				X

Aspectos Financeiros do projeto

O valor unitário da bolsa permanência foi estipulado em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e tem como referência os programas de assistência estudantil desenvolvidos em universidades públicas federais e estaduais do estado de São Paulo, principalmente, por se aproximarem quanto à custo e qualidade de vida. Assim, os valores serão depositados mensalmente em conta bancária dos alunos bolsistas e desembolsados conforme planejamento orçamentário da Instituição.

Avaliação do projeto

As ações previstas para a operacionalização da bolsa permanência são avaliadas de forma processual, a curto prazo, por meio de questionários de satisfação, mapeamento sociofamiliar e índice de desempenho e frequência escolares, e a médio prazo, por meio de taxas de retenção e evasão escolar.

Particularmente, sobre a evasão, em última análise, o fenômeno representa um desperdício social, acadêmico e econômico, bem como um problema com consequências nos âmbitos públicos e privados (SILVA FILHO et al., 2007).

Considerações finais

Ao longo da nossa pesquisa, observamos que em razão das políticas citadas neste trabalho terem sido implantadas recentemente, principalmente no caso do PNAES, ainda são poucos os estudos que possam fornecer subsídios e medir a eficiência dessas ações, junto aos alunos atendidos.

Da mesma forma, a presente pesquisa apresenta um relato da implantação de uma política de permanência na Instituição estudada, contudo, sem ainda dados que nos possibilite analisar o impacto das mesmas, no corpo discente.

No estudo e em nossa prática profissional, tratamos e entendemos educação superior como prática social, cujo atendimento deve estar fundamentado em princípios como, desenvolvimento humano e social, produção de conhecimento, democratização e equidade em todos os encaminhamentos com o propósito de atingir a qualidade no Ensino Superior. Ou seja, assim como registra Santos (1995), esse nível de educação tem uma função social:

"Possibilitar aos sujeitos adquirir e/ou desenvolver valores positivos perante o trabalho e perante a organização social e econômica da produção; possibilitar aos sujeitos construir regras de comportamento que facilitem o desenvolvimento de interações sociais mais humanizadoras e democráticas; estimular a construção prazerosa de trajetórias pessoais de vida; estimular formas interativas de acessar informações e processar conhecimentos; estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas que permitam compreender e viver a realidade nas suas diversas performances; alertar para a existência e a necessidade de convivência com o diferente e o diferenciado; enfim, possibilitar que se aprenda a viver e a processar o exercício da liberdade de ser e se tornar sujeito humano, de um determinado tempo, para além de seus muros" (Santos, 1995, p.189).

O desenvolvimento de um projeto que viabilize uma política de permanência estudantil no âmbito do ensino superior tem importante papel como forma de redução das desigualdades que se manifestam na sociedade, e por certo na instituição escolar, enquanto espaço de reprodução e produção de relações sociais.

Ou ainda, como nos alerta Sposati (2002), compreender a assistência estudantil como direito social e dever das instituições escolares, significa ultrapassar a ideia do favor e do assistencialismo.

Referências bibliográficas

Almeida, L. S. & Soares, A. P. (2003). Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. Em E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Orgs.). Estudante universitário: características e experiências de formação. Taubaté: Cabral.

Araújo, J. O. O elo assistência e educação: análise assistência/ desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana. (2003). Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em [HTTP://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/2005428113719.pdf](http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/2005428113719.pdf). Acesso em 01 jul. 2018.

Associação dos Engenheiros do ITA. Fundo AEITA de apoio ao estudante do ITA. <<http://www.aeita.com.br/2018/06/18/fada-amplia-e-diversifica-possibilidades-de-apoio-ao-ita/>>. Acesso em 10 jun. 2018.

Brasil, Presidência da República. Regulamenta a profissão de Assistente Social, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

Brasil, Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Gil, Antônio Carlos. (2008). Dados e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª Edição. Editora Atlas. São Paulo – SP.

Moraes, Michelle Rodrigues; LIMA, Gleyce Figueiredo. (2011). Assistencialização das políticas Educacionais Brasileiras. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998, de 23 de agosto de 2001. Ministério da Previdência e Assistência Social. Brasília: agosto, 2001.

Resolução CFESS, nº 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências.

Santos, B. S. (1995). Pela mão de Alice. O social e o político na transição da pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. (2007). Dicionário de termos técnicos da Assistência Social. Belo Horizonte: ASCOM, 132p.

Silva Filho, Roberto Leal Lobo; Motejunas, Paulo Roberto; Hipolito, Oscar; Lobo, Maria Beatriz de Carvalho Melo (2007) A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659.

Sposati, A. (2002). Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In Anais do 7º Congresso Internacional Del Clad sobre reforma del estado y dela administration pública. Lisboa, Portugal. Anais... p. 32- 35.